

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a realização de Correição Ordinária nos cargos da Promotoria de Justiça de Tucumã, São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte, no período de 12 a 15 de maio de 2026, com fundamento no art. 37, II, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006. Art. 2º DELEGAR à Promotora de Justiça Assessora deste Órgão Correcional, Dra. MÔNICA REI MOREIRA FREIRE, a realização das atividades correcionais e demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos; Art. 3º DESIGNAR os seguintes integrantes para compor a equipe da Corregedoria-Geral na realização do ato fiscalizatório de que trata esta Portaria, com as respectivas atribuições: I - a servidora ACIBETHANIA SILVA DE ARRUDA, lotada na Corregedoria-Geral, para auxiliar nos trabalhos inerentes ao ato de fiscalização; II - o militar SGT BM NATANAEL MAGALHÃES CABRAL para garantir a segurança da equipe; III - a policial militar lotada em Belém, SD PM EVELYN DOS SANTOS NEGRÃO para garantir a segurança da equipe. Art. 3º Fixar o período de 11 a 15 de maio de 2026 para o deslocamento aéreo da equipe; Art. 4º Fixar o período de 10 a 16 de maio de 2026 para o deslocamento terrestre dos militares; Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Belém-PA, 10 de abril de 2026.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Corregedor-Geral do Ministério Público

Protocolo: 1313148**PORTARIA Nº 0021/2026-MP/CGMP.**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, II, da Lei Complementar n.º 057, de 6 de julho de 2006, e pelo art. 11, III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público (Provimento n.º 1, de 8 de agosto de 2024) e, CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público - art. 17, caput, da Lei n.º 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, caput, da Lei Complementar n.º 057 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 6 de julho de 2006; CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 17, I da Lei n.º 8.625/1993 e 37, II e XII da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, c/c o artigo 3º, §2º da Resolução CNMP n.º 149, de 26 de julho de 2016, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar correições e inspeções como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos Membros do Ministério Público; CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 164, §3º da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006, as inspeções e correições dos serviços afetos aos Promotores de Justiça são pessoalmente realizadas pelo Corregedor-Geral, ou, por delegação expressa deste, por um dos Subcorregedores-Gerais ou por um dos Promotores de Justiça Assessores da Corregedoria-Geral; CONSIDERANDO que a Resolução n.º 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e institui o Sistema Nacional de Correições e Inspeções no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências; CONSIDERANDO o dever institucional da Corregedoria-Geral de realizar correições nas Promotorias de Justiça, em cumprimento ao Calendário de Correições Ordinárias previsto para o corrente ano, nos termos da Portaria n.º 37/2025-MP/CGMP; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 88 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público, que disciplinam a fiscalização da atividade funcional.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a realização de Correição Ordinária nos cargos da Promotoria de Justiça de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Curionópolis, no período de 12 a 15 de maio de 2026, com fundamento no art. 37, II, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006. Art. 2º DESIGNAR os seguintes integrantes para compor a equipe da Corregedoria-Geral na realização do ato fiscalizatório de que trata esta Portaria, com as respectivas atribuições: I - o Promotor de Justiça ALDO OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE, Assessor da Corregedoria-Geral, para acompanhar o Corregedor-Geral na realização das atividades correcionais e demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos; II - o servidor ANDRÉ LEÃO ROCHA, lotado na Corregedoria-Geral, para auxiliar nos trabalhos inerentes ao ato de fiscalização; III - o militar SGT PM PAULO AFONSO BARBOSA DA CONCEIÇÃO JUNIOR para garantir a segurança da equipe; Art. 3º Fixar o período de 11 a 15 de maio de 2026 para o deslocamento da equipe; Art. 4º Fixar o período de 10 a 16 de maio de 2026 para o deslocamento terrestre dos militares; Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Belém-PA, 10 de abril de 2026.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Corregedor-Geral do Ministério Público

Protocolo: 1313142**PORTARIA Nº 1930/2026-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, como Agente de Contratação deste Órgão, a servidora IRAILCE DOS PRAZERES GOMES para atuar na Concorrência Eletrônica vinculada ao Gedoc nº 108246/2026, cujo objeto é a execução da obra de reforma de imóvel onde irá funcionar a futura sede do MPPA em Porto de Moz, de acordo com o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 2º, I, do Decreto Estadual nº 2.939, de 10/03/2023 e PORTARIA Nº 6631/2022-MP/PGJ, de 17/11/2022, e, no impedimento desta, o servidor EMANUEL TADEU COUTINHO MACHADO, 1º Suplente,

e o servidor ANGELO NAZARENO COSTA BARBOSA, 2º Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio a servidora ALINNE NAS-SAR PALMEIRA OLIVEIRA FERNANDES, e no seu impedimento GABRIEL VILLAS BOAS DE AMORIM LIMA, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e o servidor MAURÍCIO MIRANDA XAVIER e, no seu impedimento, GABRIEL ROCHA CARDOSO, Analistas Ministerial - Contadores, para análise da documentação contábil. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 10 de abril de 2026.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 1313193**ADMISSÃO DE SERVIDOR****EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO****Número do Termo Aditivo: 4º****Número do Contrato: 057/2022-MPPA****Modalidade: Pregão Eletrônico nº 014/2022-MPPA****Processo: GEDOC nº 1118192026**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e empresa HARDLINK INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA, CNPJ/MF nº 04.958.321/0001-54.

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a substituição de peças e atualizações de software e firmware de equipamentos Dell em operação no datacenter do MPPA.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses a partir de 27/04/2026 até 26/04/2027, com fundamento no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, c/c Cláusula Décima Terceira, item 13.1 do contrato.

Data de Assinatura: 09/04/2026

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.122.1494.8760 - Governança e Gestão; Natureza da Despesa: 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 01 500 000 01 - Recursos Ordinários.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador Responsável: Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1313025**AVISO DE LICITAÇÃO****Modalidade: Pregão Eletrônico nº 008/2026-MPPA****Nº no Comprasgov e PNCP: 90008/2026****Nº do Processo: 170419/2025**

Objeto: Serviços de controle de pragas urbanas e vetores.

Valor Total da Contratação: R\$ 3.198.741,48 para 24 meses.

Valor da disputa no sistema: R\$ 1.599.370,74 para 12 meses.

Entrega do Edital: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou <https://www.mppa.mp.br/areas/transparencia/licitacoes/licitacoes.htm>.

UASG: 925980.

Local de Abertura: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

Data da Abertura: 30/04/2026.

Hora da Abertura: 09:00h (nove horas) - HORÁRIO DE BRASÍLIA

Responsável pelo certame: Iraitce dos Prazeres Gomes.

Ordenador de Despesa: Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1313313**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026-MPPA****OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAPEIS ESPECIAIS****TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o que consta do Processo Administrativo (Gedoc nº 172962/2025), que ensejou o Pregão Eletrônico nº. 007/2026-MPPA, no tipo menor preço por item e, diante do julgamento do Pregoeiro, adjudicado o objeto e homologado o resultado do certame mencionado em favor das seguintes empresas, nos termos do art. 71, IV da Lei nº 14.133/2021, para todos os efeitos previstos em lei:

CNPJ Nº 11.334.268/0001-86 - DISTRIBUIDORA VITORIA E SOUZA COMERCIO LTDA - Valor Total: R\$ 17.693,60.

Item 01 ... Valor Global ... R\$ 2.067,80

Item 02 ... Valor Global ... R\$ 1.822,90

Item 04 ... Valor Global ... R\$ 1.767,40

Item 05 ... Valor Global ... R\$ 1.398,00

Item 06 ... Valor Global ... R\$ 1.454,30

Item 07 ... Valor Global ... R\$ 3.742,00

Item 09 ... Valor Global ... R\$ 1.514,50

Item 10 ... Valor Global ... R\$ 1.395,90

Item 11 ... Valor Global ... R\$ 2.530,80

CNPJ Nº 60.424.398/0001-15 - 60.424.398 ROBERTSON DANIEL RAUTER DA SILVA FILHO - Valor Total: R\$ 12.228,80.

Item 03 ... Valor Global ... R\$ 4.053,20

Item 08 ... Valor Global ... R\$ 8.175,60

Valor Global do Certame: R\$ 29.922,40 (Vinte e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Encaminhem-se os autos à Atividade de Licitações para as providências cabíveis. Belém-PA, 10 de abril de 2026

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 1313358